

## As Teses de “Jamil” e a luta armada dos anos 1960-70 no Brasil

### Las Tesis de “Jamil” y la lucha armada de los años 1960-70 en Brasil

Fábio André G. das Chagas<sup>1</sup>

**Resumo:** A partir de outubro de 1969 a organização de esquerda armada Vanguarda Popular Revolucionária, adotou, com algumas modificações, os pressupostos tático-estratégicos elaborados pelo combatente de codinome “Jamil” (Ladislau Dowbor). Tais elaborações procuravam apontar formas de trabalho político-militares para a organização em destaque, dentro de um contexto marcado pelo isolamento das massas e uma situação de aguda clandestinidade. Passadas algumas décadas e analisando objetivamente, podemos apontar que as “teorias jamilistas” consistiram simultaneamente num esforço real de teorização da esquerda armada dos anos 1960-70, mas também numa tentativa de elaboração teórica que justificasse a permanência da luta armada contra a ditadura militar daqueles anos.

**Palavras-chave:** Luta armada – vanguarda - massas

**Resumen:** A partir de octubre de 1969, la organización de izquierda armada Vanguardia Popular Revolucionaria adoptó, con algunas modificaciones, los presupuestos tático-estratégicos elaborados por el combatiente de apodo “Jamil” (Ladislau Dowbor). Tales elaboraciones buscaban indicar formas de trabajo político-militares para la organización en destaque, dentro de un contexto marcado por el aislamiento de las masas y una situación de aguda clandestinidad. Pasadas algunas décadas y mediante un análisis objetivo, podemos apuntar que las “teorías jamilistas” consistieron, simultáneamente, en un esfuerzo real de teorización de la izquierda armada de los años 1960-70 y también en un intento de elaboración teórica que justificara la permanencia de la lucha armada contra la dictadura militar de aquellos años.

**Palabras-clave:** Lucha armada – vanguardia – masas

A formação da organização armada Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), nome que só adquiriria em dezembro de 68, deita raízes no processo de dissensão da organização Política Operária (POLOP) e da insistência de ex-militares nacionalistas de

---

<sup>1</sup> Professor de História da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG/Barbacena.

esquerda em prosseguir com as tentativas armadas contra a ditadura civil-militar, a despeito da desistência de Leonel Brizola. O “racha” paulista da POLOP a partir de fins de 1967 aprofundou seus contatos com remanescentes do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) para no início de 1968 se fundirem e formarem a “Organização”.

Socialmente a “Organização” compôs-se de militantes do movimento estudantil e de um importante setor cuja experiência remontava aos movimentos de sargentos e marinheiros do período de agitação política pré-1964 e de tentativas armadas após o golpe.<sup>2</sup> Alguns ex-militantes do PCB também aderiram à organização, alguns estudantes e uma dezena de operários de Santo André e São Bernardo do Campo, região metropolitana de São Paulo. Ainda nos arredores de São Paulo, a futura VPR conseguiu se inserir, conquistar militantes no seio do movimento operário de Osasco. É importante destacar que o processo de fusão para formar a organização não se pautou em debates teóricos, táticos ou estratégicos, mas tão somente na conveniência em se deflagrar a luta armada (GUERRA, 2000).

Em depoimentos de ex-militares da VPR, observamos que a idéia geral para este setor era a de que o processo revolucionário no Brasil reger-se-ia essencialmente como fora a experiência cubana. O retorno ao Brasil de marinheiros que haviam feito treinamento guerrilheiro Cuba fortaleceu a influência do modelo cubano sobre a militância, donde também a influência das teses do intelectual francês Régis Debray, assimiladas mais criticamente por uns e menos por outros. O ex-sargento Darcy Rodrigues destacou que os ex-militares absorveram acriticamente a experiência cubana em seus aspectos mais militarizados (RODRIGUES, 2000).

Já os ex-polopistas assimilaram os textos de Debray com ressalvas, não obstante este terem dado forte ânimo aos futuros dissidentes da POLOP visto que, como observa Gorender, o foquismo indicava o “atalho que permitia contornar a necessidade do trabalho com as massas e entrar em ação” (GORENDER, 1998: 138).

Segundo Wilson Egídio Fava, um dos fundadores da VPR, pensava-se em estruturar uma organização de perfil leninista e desenvolver um trabalho político nas cidades. Fava nos afirmou que a questão do trabalho de massas estava na formação militante dos ex-polopistas, o que implicava pensar a luta revolucionária de forma mais ampla do que aquela preconizada por Debray (FAVA, 2000).

Entre o primeiro Congresso da organização em dezembro 1968 até sua fusão com os Comandos de Libertação Nacional (COLINA) em u congresso em setembro de 1969 para formar Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), a VPR leva a efeito

várias ações armadas e sofre consideráveis baixas face à ofensiva da repressão. A recém fundada VAR-Palmares sofre um “racha” no mesmo Congresso de setembro de 1969 no qual alguns militantes resolvem reconstituir a extinta VPR.

Poucos dias após o “Congresso de Teresópolis”, a organização, que ainda buscava meios para “juntar seus pedaços” e levar à cabo a guerrilha rural, lançou uma diretiva pela qual ordenava que “Mário Japa” deveria viajar para fora do país para articular cursos de treinamento guerrilheiro. No calor das atividades Carlos Lamarca produziu um documento estritamente técnico trazendo algumas definições sobre as várias formas de guerrilha.

A VPR, visando sua imersão imediata na zona rural e a elaboração de formas de trabalho político e militar nas cidades, reuniu-se para realizar um congresso em novembro de 1969 na cidade do Rio de Janeiro. Buscando intervir adequadamente na realidade que se vivia, propôs-se a teorizar sobre a luta e definir uma orientação política e estratégica que permitisse superar os impasses que permeavam as organizações clandestinas de esquerda.

O conjunto das discussões tomava como base de trabalho os documentos escritos pelo dirigente “Jamil” (Ladislau Dowbor), no transcurso de 1969, retificando e ampliando algumas questões. Conforme nos declarou “Jamil”, presente no congresso de novembro de 1969

*a gente entrou com aqueles documentos e definiu um programa mais amplo, justiça social, democratização, distribuição de renda, eixos e não socialismo para isso e para aquilo. Definimos pela busca de uma articulação mais ampla com diversos setores. (Dowbor, 2000)*

A VPR definiu como modelo da sua estrutura organizacional uma vanguarda operacional e militarizada. Postulava a formação de pequenos grupos de ação com autonomia que fossem capazes de levar adiante ações de guerrilha nos seus campos de atuação (DANIEL, 1982: 53). Em linhas gerais, o modelo contemplava que a estrutura político-militar da VPR seria formada por combatentes subordinados à hierarquização de comandos e com *Unidades de Combate* com autonomia tática. Criar-se-ia ainda um sistema de informações e de inteligência.

Em 1970 a organização produziu um material intitulado “O Caminho da Vanguarda”, no qual reproduzia os documentos de “Jamil” com algumas retificações, fruto de uma discussão desenvolvida no congresso. O objetivo, conforme é assinalado na introdução, seria o de fornecer uma idéia do processo de discussão travado no seio da esquerda armada brasileira, e mais particularmente, apresentar o processo de construção da teoria da VPR. O material dividiu-se em “Introdução”, “Nossa Teoria Revolucionária”, “O Caráter da

---

<sup>2</sup> A partir dos arquivos do *Projeto Brasil Nunca Mais*, Daniel Aarão Reis Filho e Marcelo Ridenti produziram quadros das organizações armadas revelando suas respectivas composições sociais com base em inquéritos movidos contra os militantes.

Revolução”, “Quem São as Massas”, “Luta Armada e Conjuntura Política”, “Ditadura do Proletariado” e “A Vanguarda e as Massas na Primeira Fase da Revolução”.<sup>3</sup>

Ladislau Dowbor, na entrevista que nos concedeu, lembrava que, pouco mais de seis meses depois de haver retornado ao Brasil para ingressar na “Organização”, solicitou à direção daquela um afastamento porque entendeu que precisava desse tempo para refletir sobre o processo revolucionário brasileiro. Face ao fechamento dos canais de participação política e à escalada repressiva que despontava em fins de 1968, “Jamil” empreendeu um esforço teórico a fim de erigir propostas para a realidade que se apresentava ao movimento revolucionário, formular e amadurecer propostas tendentes a resolver fundamentalmente os problemas práticos da revolução (DOWBOR, 2000).

A influência de teóricos como André Gunder Frank e Frantz Fanon é notória em seus textos. Outros autores como Lênin, Guevara, Celso Furtado, Otavio Ianni, Marx e Engels são perceptíveis ao longo de suas formulações. O ponto de partida da teoria “jamilista” analisava o marxismo essencialmente como um método de análise, não obstante considerar que as leis gerais erigidas por Marx permaneciam, na medida em que se ligavam à estrutura do capitalismo vigente. A insistência de “Jamil” se dava no plano da definição da estratégia de luta, esta sim, passível de mudanças, porque circunscritas às conjunturas específicas de cada realidade.

“Jamil” partia da análise de que o capitalismo nos países subdesenvolvidos não poderia se desenvolver dada sua condição de dependência às matrizes imperialistas. A ditadura representava o instrumento que mantinha o país sob o jugo do imperialismo, donde somente a luta armada poderia derrubá-lo, dentro de um movimento revolucionário de longo prazo.

No que concerne ao caráter da revolução, “Jamil” concebia as classes dominantes no país como sendo unicamente gerentes do imperialismo no Brasil. Portanto, seria impensável um projeto revolucionário que considerasse a participação da burguesia nacional. Dowbor considerava que a luta só poderia ser colocada simultaneamente em termos interno e externo. Quando se referia ao caráter de libertação nacional da luta, o colocava no sentido de uma luta tática, ou seja, uma luta de oposição interna entre uma burguesia local e seu proletariado. Pelo fato de as burguesias nacionais representarem os interesses imperialistas, elas se constituíam em inimigo imediato, enquanto o imperialismo representava o inimigo principal, e, por isso, a luta seria simultaneamente de libertação nacional e socialista.

“Jamil” sustentava que:

---

<sup>3</sup> Este último texto encontra-se sob a forma de documento da VPR em REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira de. *Imagens da revolução*: Documentos Políticos das Organizações Clandestinas de

*No plano histórico, é pois absurdo falar em burguesia nacional, como é absurdo falar em aliança de classes contra o imperialismo. Hoje só há duas opções, e todo anti-imperialismo é objetivamente socialista. Qualquer país africano, mesmo que não disponha de proletariado, se verá forçado a seguir o caminho socialista mesmo que não o queira imediatamente (...) concluímos daí ser absurdo colocar no plano histórico a discussão quanto ao caráter da revolução sob forma de alternativa socialista ou de libertação nacional (“JAMIL”, 1970: 16)*

A forma pela qual enfrentaria o inimigo imediato que se apresentava sob a forma de ditadura seria o desenvolvimento de uma tática de propaganda política em torno das bandeiras de liberdade, justiça econômica e social e independência. Segundo o documento:

*Pelo seu caráter de ditadura, fere os direitos democráticos e as liberdades individuais mais elementares: é o caráter repressivo do regime que o torna evidentemente mais vulnerável (do ponto de vista político, pois militarmente se reforça) do que qualquer legalidade burguesa; neste ponto devemos atacar violentamente o regime pelas arbitrariedades cometidas e exigiremos todas as liberdades indispensáveis à dignidade humana. Pelo seu caráter de direita, utiliza a violência para transferir partes maiores da renda para o imperialismo, esmagando as camadas de renda mais fraca; nossas exigências e propostas se dirigirão contra a injustiça econômica e social, ao mesmo tempo em que denunciaremos a corrupção e gastos supérfluos. Por ser uma classe funcionária que vive para o estrangeiro, por ser um grupo traidor e vendido, podemos abalar este regime tirando-lhe as bases políticas a fim de isolá-lo, de reforçar as nossas próprias bases políticas e de paralisar o inimigo, aproveitando a existência deste gênero de ‘vendidos’ que se dizem nacionalistas; atacaremos o não cumprimento das leis por empresas estrangeiras, publicando, por exemplo, as faltas destas empresas e desafiando o regime a aplicar as leis brasileiras (JAMIL, 1970: 17-18).*

Um dos aspectos marcantes das teses de “Jamil” versava sobre o papel das camadas sociais marginalizadas do processo produtivo. O operariado constituía uma parcela muito pequena da população que vivia em condições tais, se comparáveis à maioria da população, que se constituía em camada privilegiada do capitalismo. O desenvolvimento das forças produtivas atingia um nível técnico fantástico, levando a um crescente processo de automação que, por sua vez, absorvia parcelas cada vez mais reduzidas de mão de obra. Neste sentido, “Jamil” afirmava que o proletariado não poderia mais ser considerado como a única classe com objetivos revolucionários. O restante da população, excluída do processo

produtivo, desempenharia também um papel revolucionário. Com efeito, Dowbor criticava organizações como a POLOP e a VAR-Palmares pela propaganda destinada estritamente à classe operária:

*Dogmaticamente presos à conceitos que recobrem uma realidade profundamente diferente, chamamos uma minoria a lutar contra outra minoria insignificante, esquecendo a imensa maioria do povo que vive no desespero, e cuja participação no processo revolucionário é cada dia mais entendida como indispensável. No Brasil, o capitalismo não cava sua própria cova por constituir um proletariado, mas por impedir a sua constituição (JAMIL, 1970: 21).*

No entanto, engana-se quem afirme que “Jamil”, ao enaltecer o papel das massas economicamente marginalizadas, desdenhava a importância do proletariado brasileiro. Pelo contrário, seria o proletariado a classe que forneceria o cimento ideológico, dirigiria o processo e desempenharia um importante papel estratégico na medida em que poderia atingir a burguesia em seu ponto mais vulnerável, a produção:

*Não queremos imaginar aqui um proletariado que inexistente como força revolucionária. Tentamos, isto sim, analisar a modificação de sua posição estratégica face à existência da marginalização econômica criada pelo imperialismo moderno (JAMIL, 1970: 25).*

Acerca da leitura que se fazia da conjuntura política naquele período, apontava-se a existência de contradições dentro das classes dominantes que deveriam ser exploradas pelos revolucionários. Assim, para efeitos de mobilização, preconizavam uma forma capaz de dividir a burguesia e o aparato repressivo na medida em que incidissem sobre a contradição entre a prática, no caso a ditadura militar que vigia e o que se tentava incutir ideologicamente, o discurso da democracia. A violação de direitos elementares do homem provocaria uma revolta em setores da própria classe dominante, possibilitando o início de uma contestação e divisão interna. Diante disso, o proletariado teria alguma aceitação da luta armada. Interpretava-se que

*O governo, ao escolher a solução da força, tem que cumprir seu desafio e resolver efetivamente o problema político criado pelos revolucionários, pela força. Vencendo os revolucionários, pela força o regime pode em seguida liberalizar-se, adquirindo certa estabilidade. Mas se a solução pela força não dá certo, o governo se desmoraliza ao voltar atrás e restituir as liberdades democráticas exigidas pelos próprios revolucionários que têm então moral para exigir mais liberalização, mais direitos de organização para os operários etc., forçando o governo a voltar à militarização num ciclo político que o desgasta tremendamente e o faz aparecer como o único responsável*

*de toda a desordem. Assim a estratégia se constrói através da precisão tática, e o movimento revolucionário se torna realmente alternativa de poder (JAMIL, 1970: 33).*

Finalmente, “Jamil” teorizou sobre a questão da atuação revolucionária na conjuntura de 1969. Ao refletir sobre a perspectiva de trabalho de massa preconizado pelos “setores políticos” das organizações armadas, a VPR constatou que aqueles não conseguiram oferecer alternativas concretas às massas as quais se dirigiam. Esta organização considerava que as ações de expropriação, com o objetivo de obtenção de material tinham passado a constituir a atividade revolucionária que introduziu a esquerda armada na arena política, ganhando o aplauso da população, e, aos poucos, transformando-se na única oposição real à ditadura. A organização defendia que, naquela conjuntura, dever-se-ia abandonar o trabalho de massas visando ao enquadramento daquelas numa estrutura orgânica partidária, fazendo o único trabalho de massas realmente eficaz do ponto de vista do processo revolucionário para a fase vivida, no caso, a Propaganda Armada.

Em seu texto *A Vanguarda e as Massas na Primeira fase da Revolução*, “Jamil” destacou o problema de como apresentar a luta às massas, pois as ações se multiplicavam sem que o povo as entendesse como um processo revolucionário. Partindo da constatação que constituíam uma vanguarda minúscula, defendia a realização de ações que fizessem o povo entender a luta, sem que a vanguarda empreendesse esforços para organizar a participação das massas desde o início do processo (REIS FILHO, 1985: 224).

Para “Jamil”, enquanto a luta de massas atingia rapidamente uma grande repercussão política, crescendo e paralisando o país, tão rapidamente perdia as forças requeridas para sustentar um movimento pelo tempo necessário para desagregar o regime, pois a contra-ofensiva do inimigo obrigava o movimento a desenvolver outras formas de luta, sobretudo militares, ocasionando o refluxo e a derrota. Este seria o *impasse militar da luta de massas*. Com efeito, a luta armada, ao passo que resolvia o problema da subsistência militar, não alcançava uma repercussão política capaz de desgastar e desafiar concretamente o regime. Por sua vez, o desgaste militar do regime logo seria recomposto com a ajuda militar e econômica externa. Este constituía o *impasse político da luta armada*. O movimento revolucionário daquele período entendia como necessário “atingir o ponto a partir do qual o inimigo não nos possa tolerar e nem nos destruir militarmente” (JAMIL, 1970: 225).

Para romper os impasses que se apresentavam naquela conjuntura, o movimento armado deveria conseguir uma repercussão política nacional, projetando-se como alternativa de poder capaz de defender os interesses da maioria; promover o desafio armado direto com ações de conseqüências econômicas e militares para atingir a segurança

do regime e mostrar sua vulnerabilidade; e, repercutir profundamente nas áreas em que existissem condições físicas e políticas para iniciar a guerrilha rural. Estes objetivos inseriam-se no que “Jamil” definiu como “Defensiva Estratégica” da qual decorreria a “Tática Global”, utilizando a propaganda armada, a guerrilha tática e a coluna guerrilheira estratégica.

A formação prematura de um partido fora condenada veementemente, pelo fato de que aquele, nas circunstâncias vividas, abriria mão de seus objetivos políticos para preservar sua existência, realizando alianças, concessões e conchavos com a burguesia. Afirmava-se que “o instrumento de luta deve ser desenvolvido à medida em que, pela estrutura e pelas armas, somos capazes de assegurar a sua sobrevivência física ativa, qualquer que seja a força de repressão” (JAMIL, 1970: 228).

Acerca das formas guerrilheiras, a VPR definiu que a *guerrilha tática irregular* só poderia se efetivar em zonas rurais onde houvesse um claro apoio popular na região. Esta forma teria uma importância reduzida na primeira fase da guerra revolucionária, porque a “repressão” poderia chegar aos guerrilheiros facilmente na eventualidade de não existir um amplo apoio popular.

A *guerrilha tática regular* consistia na formação de grupos guerrilheiros permanentes que realizariam sabotagens econômicas e militares para atrair e paralisar o inimigo, sem buscar diretamente a repercussão junto às massas, como a propaganda armada na cidade. A guerrilha tática regular visava desgastar e desmoralizar o regime, revelando sua impotência ante a hostilidade de pequenos grupos armados.

Ao conceber a cidade como palco principal da vida econômica e política do país e onde o apoio popular não seria transformado em força organizada permanente na primeira fase, “Jamil” destacava que o objetivo na cidade seria o de “criar uma vanguarda politicamente aceita e não criar uma força para ganhar uma batalha militar” (JAMIL, 1970: 234).

*Nunca se tratou de ‘optar’ por um ou pelo outro, pela propaganda armada ou pelo trabalho de massas. Trata-se de definir o alcance de cada um, a sua importância no processo global e os seus impasses (...) o problema não é fazer ou deixar de fazer um trabalho. Trata-se de saber qual o trabalho de massas é necessário nas cidades e na 1ª fase, e qual o instrumento e o conteúdo que o torna politicamente mais eficaz (JAMIL, 1970: 235).*

As ações de propaganda armada consistiriam em ações destinadas a criar situações de tensão e agitação, como a destruição de centrais elétricas; ações para identificar o inimigo aos olhos do povo denunciando o imperialismo e atingindo consulados; ações para obter a simpatia popular, em alguns momentos, como seqüestrar personalidades para trocar pela

liberdade de presos políticos. Além das ações com estes objetivos, destacava-se uma outra forma de propaganda armada ligada aos interesses mais imediatos das massas:

*É indispensável a realização de ações voltadas para os interesses das massas como a distribuição de víveres, ações que obriguem o governo ou os patrões a pagar salários atrasados ou aumentos salariais. É desse último tipo de ações que a vanguarda verá aumentar seu 'time' e não somente a sua torcida (JAMIL, 1970: 242).*

A estrutura para a efetivação da tática da VPR deveria fundar-se em *Serviço de Inteligência e Informação* para orientar e analisar a repercussão das ações junto às camadas da sociedade. Dever-se-ia constituir redes de apoio e de aliados de forma que contribuíssem para o serviço de inteligência e, conseqüentemente, para uma maior eficácia da propaganda armada. Ao *Setor de Imprensa* caberia trabalhar junto com as ações armadas para garantir o melhor aproveitamento possível da divulgação dos operativos. O *Grupo de Fogo* seria numericamente o menos importante dentro de uma Unidade de Combate pelo fato de que a capacidade de luta da organização estaria mais num sistema rápido de informações corretas. Pressupunha-se que vinte homens seria o número máximo para constituir o *Grupo de Fogo*.

A articulação eficaz entre aqueles componentes da estrutura orgânica da organização, somado à uma política de relações com outras organizações e grupos avançados, levaria o movimento revolucionário a atingir seus objetivos nas cidades. Ressaltava-se que o objetivo da organização de vanguarda armada não seria o de radicalizar as massas e levá-las à luta a fim de se tornar um braço armado da luta de massas, pois, neste caso, a dinâmica da luta revolucionária seria ditada pelo nível da luta das massas. O objetivo seria o de levar as massas a entenderem a luta armada organizada como a única saída para os seus interesses, logo, devendo submeter-se à dinâmica do desenvolvimento da guerra revolucionária. Definia-se que

*A guerra do povo não significa que as organizações armadas se colocam ao lado dos movimentos de massa e os apóiam, e sim que o povo se organiza para o sustento e o desenvolvimento dos grupos armados hoje, e amanhã do exército popular (...) assim, ao mesmo tempo que a vanguarda submete sua luta aos objetivos das massas, estas submetem sua participação ao desenvolvimento do instrumento de tomada de poder (JAMIL, 1970: 246).*

A estrutura da organização de vanguarda para a VPR seria político-militar, sem que isso significasse a justaposição de setores políticos de um lado e setores militares do outro. Concebia-se que “o conjunto de sua estrutura obedece às exigências militares e o conjunto da sua atividade obedece a objetivos políticos (surge assim o conceito de organização

segundo critérios de eficiência no desenvolvimento da luta)” (JAMIL, 1970: 246). A primeira fase da evolução seria ultrapassada, segundo a VPR, quando as organizações armadas se transformassem em vanguardas políticas e iniciassem a organização do apoio popular na guerra revolucionária.

“Jamil” e sua organização não conseguiram levar a efeito os pressupostos revolucionários erigidos em 1969, como de resto as organizações de esquerda armada fracassaram em sua luta contra a ditadura civil-militar. Todavia, a derrota não desfaz o mérito da VPR em tentar teorizar o momento que vivia buscando soluções tático-estratégicas para sair do impasse da luta armada daqueles anos. Com ou sem teoria nenhuma organização armada ultrapassou o cerco da repressão ou rompeu o isolamento das massas. “Jamil” e a VPR, com seus pressupostos teóricos, em boa medida justificaram a permanência da opção armada, mas por outro lado tiveram o mérito de empreender um esforço para compreender a realidade que viviam e apontar possíveis saídas para os impasses vividos pela esquerda armada brasileira dos anos 1960 e 70. A teoria “jamilista”, revista pela VPR, significou no conjunto da autodenominada esquerda revolucionária, talvez o único esforço teórico produzido no calor da própria luta armada.

## **FONTES**

### **Arquivos**

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

JAMIL, *O Caminho da Vanguarda*, 1970 - Coleção particular Daniel Aarão Reis Filho

Arquivo Edgar Leuenroth – Projeto *Brasil Nuca Mais* - UNICAMP

BNM nexo 777 - “Caminhos da Guerrilha”, assina CID em outubro de 1969, BNM Anexo 777.

BNM Anexo 780 - “Informe nº 1”, assina Comando em novembro de 1969.

### **Fontes Orais**

Entrevista com Maria do Carmo Brito e Mário Japa realizada no dia 30 de abril de 2000 na cidade do Rio de Janeiro.

Entrevista com Darcy Rodrigues realizada no dia 10 de junho de 2000, na cidade de Bauru - SP.

Entrevista com Wilson Egídio Fava realizada no dia 16 de junho de 2000 na cidade de São Bernardo do Campo - SP.

Entrevista com Ladislau Dowbor realizada no dia 29 de junho de 2000 na cidade de São Paulo.

### Referências bibliográficas

CHAGAS, Fábio André Gonçalves das. **A Vanguarda Popular Revolucionária: dilemas e perspectivas da luta armada no Brasil (1968-1971)**. Franca: Universidade estadual Paulista, 2000, (Dissertação de Mestrado).

DANIEL, Herbert. **Passagem Para o Próximo Sonho**. RJ: Codecri, 1982.

DEBRAY, Régis. **Revolução na Revolução**. Centro Editorial Latino Americano, s/d.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. RJ: Civilização Brasileira, 1979.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas: das Ilusões Perdidas à Luta Armada**. 5 ed., São Paulo: Ática, 1998.

LÊNIN, V.I. **Que Fazer?** SP: Hucitec, 1978.

PATARRA, Judith Lieblich. **Iara: reportagem biográfica**. RJ: Rosa dos Tempos 1992.

POLARI, Alex. **Em Busca do Tesouro**. RJ: Codecri, 1982.

REIS FILHO & SÁ, Jair Ferreira. **Imagens da Revolução: Documentos Políticos das Organizações Clandestinas de Esquerda dos Anos 1961-1971**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

RIDENTI, Marcelo. **O Fantasma da Revolução brasileira**. SP: Ed. da Unesp, 1993.

SYRKIS, Alfredo. **Os Carbonários: memórias da guerrilha perdida**. SP, Global, 1981.

Recebido em Agosto de 2009

Aprovado em Novembro de 2009